

ONG quis interferir em eleições usando dinheiro público

23/03/2022

O chefe da Transparência Internacional Brasil, Bruno Brandão, afirmou em [entrevista à Folha de S.Paulo](#) que o financiamento público de campanhas políticas é uma reação à 'lava jato' que praticamente "legaliza a corrupção".

Divulgação



Divulgação Para Brandão, uso de dinheiro público nas eleições 'legaliza a corrupção', mas em fundo gerido por entidade privada, tudo bem

"É uma corrupção institucionalizada, por meio da explosão [da quantidade] de recursos públicos e da redução absurda dos mecanismos de controle", comentou Brandão sobre o fundo eleitoral.

Ele atacou o aumento do fundo eleitoral público deste ano para R\$ 5 bilhões e a falta de transparência nos gastos e de mecanismos de prestação de contas.

Quando trabalhava com a apelidada "força-tarefa da lava jato", Brandão planejou com os procuradores de Curitiba **montar esquema** para que, na eleição de 2018, **fossem eleitos apenas candidatos lavajatistas**. O plano previa também o fuzilamento moral de opositores elencados em uma lista negra a que deram o nome de "adeus, queridos".

O diretor da Transparência, que atua como empresa de lobby em diversos países, tinha planos ambiciosos. Ele queria ser co-administrador de dois fundos: o de **R\$ 2,5 bilhões oriundos da Petrobras** e outro de R\$ 2,3 bilhões do acordo de leniência da J&F Investimentos. As duas tentativas fracassaram.

No caso da J&F, os empresários negaram-se a delegar a tarefa de investir em projetos sociais à T.I. e aos procuradores. O Ministério Público Federal do Distrito Federal queria destinar R\$ 2,3 bilhões (dos R\$ 10,3 bilhões totais do acordo) para um projeto de "controle social da corrupção" e "campanhas educativas".

O programa seria supervisionado pela Transparência Internacional — uma entidade de direito privado decidindo como gastar dinheiro público (uma vez que devolvido ao Estado, por meio do acordo de leniência).

A história foi contada pela **ConJur** em dezembro de 2020: o procurador-Geral da República, Augusto Aras, tomou conhecimento de um **depósito no valor de R\$ 270 milhões**, exigidos pelo MPF-DF. O depósito relacionado ao acordo de leniência da holding da JBS foi feito em 3 de dezembro. Prontamente, Aras alertou a subprocuradora-geral da República Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini, coordenadora da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, informando-a de que a destinação correta do dinheiro seria o Fundo de Direitos Difusos ou revertidos em favor da União.

Esses R\$ 270 milhões faziam parte dos R\$ 2,3 bilhões que seriam usados nas iniciativas de "controle social da corrupção". O arquiteto da operação seria o conselheiro da TI e assessor informal da "lava jato" Joaquim Falcão.

A fundação do acordo da J&F seguiria os mesmos moldes daquela que a turma da "lava jato" tentou criar com o dinheiro de multa paga pela Petrobras, R\$ 2,5 bilhões. A **iniciativa foi breçada** por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do



Supremo Tribunal Federal, e o **dinheiro foi distribuído** para contenção incêndios na Amazônia e para educação em vários estados.

Em resumo: Brandão acha absurdo o contribuinte pagar pela viabilização do processo eleitoral que beneficiará a todos os candidatos indistintamente. Mas defendeu que ele próprio participasse da gestão de fundos, com capital semelhante ao do fundo eleitoral — e que ajudariam a eleger apenas candidatos da turma dele.

Atração fatal

A relação da Transparência Internacional com a "lava jato" vem de longa data. Uma troca de mensagens entre Brandão e Deltan Dallagnol, **divulgada em 2020**, revelou que o procurador deu acesso ao chefe da TI-B aos termos do acordo da Petrobras antes que ele fosse assinado.

As mensagens hackeadas também os mostram **combinando estratégias** de intervenção na imprensa a favor da "lava jato", como a produção de estudos encomendados para que a recuperação econômica do país fosse atribuída à operação.

Em **março de 2021**, a Fundação Getúlio Vargas enviou uma notificação à sede da Transparência Internacional, na Alemanha, acusando a seção brasileira de ter usado mão de obra, expertise e instalações da própria FGV para cumprir um memorando firmado com a "lava jato", mas sem o seu consentimento.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-mar-23/ong-quis-interferir-eleicoes-usando-dinheiro-publico/>